

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15289 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT25 – Educação e Povos Indígenas

**INTERCULTURALIDADE E BILINGUISMO: AFETAÇÕES JUNTO À COLÔMBIA**

Mayra Del Socorro Nazate Perenguez - UEA-PPGED- Universidade do Estado do Amazonas

Adria Simone Duarte de Souza - UEA-PPGED- Universidade do Estado do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

## **INTERCULTURALIDADE E BILINGUISMO: AFETAÇÕES JUNTO À COLÔMBIA**

### **Resumo**

Essa pesquisa busca compreender como as ideias de interculturalidade e bilinguismo são abordadas em contextos educativos por meio da implementação de políticas públicas, reformas e legislações da educação indígena nos países da América Latina. Este estudo também buscará refletir como, por meio do movimento político, os povos indígenas reivindicam seus direitos à educação e sua plena participação na sociedade. Especificamente, a pesquisa se concentrará na educação indígena na Colômbia, com especial atenção ao departamento de Nariño e a etnia Pastos, tendo como eixo o surgimento do movimento social indígena, e sua preocupação com o reconhecimento dos direitos indígenas na educação como ferramenta fundamental para a preservação e revitalização de suas línguas e culturas.

**Palavras-chave:** interculturalidade; bilinguismo; educação na América Latina.

### **Introdução**

Durante muitos séculos na história da América Latina, as comunidades indígenas foram frequentemente invisibilizadas ou apagadas nos projetos de construção nacional, aparecendo apenas em contextos de exploração, exclusão, racismo ou em tentativas de assimilação aos sistemas nacionais através de projetos civilizatórios. (STAVENHAGEN, 2002).

A educação dos povos indígenas na região enfrenta uma série de desafios históricos no sistema educacional, enfrentando confrontos e lutas pela sua inclusão. A falta de oportunidades educacionais decorre não apenas da ausência de políticas públicas que garantam acesso a uma educação inclusiva e de qualidade, mas também de problemas como infraestrutura precária, falta de professores capacitados e a necessidade de reconhecimento das especificidades, autonomia e língua de cada comunidade. (Mansilla Sepulveda, J. &

Lima-Jardilino, J.R. 2020).

A partir dos anos oitenta, o discurso da educação bilíngue ganhou força, buscando inicialmente utilizar a língua indígena nos primeiros anos de escolarização para, em seguida, substituí-la pela língua hegemônica oficial, seja o espanhol na maioria dos países ou o português no caso do Brasil. Esse modelo de bilinguismo de transição foi aplicado de maneira padronizada, sem considerar as particularidades de cada comunidade.

---

## **Metodologia**

A metodologia desta pesquisa utiliza documentos oficiais como uma ferramenta fundamental para investigar políticas educacionais, seguindo a abordagem proposta por Cellard (2008). Além disso, se baseia em revisões e levantamentos bibliográficos, especialmente centrados em dados da América Latina, com um foco particular na Colômbia, e nas percepções da comunidade educacional dos Pastos em relação a essas políticas. Esse método busca oferecer uma compreensão mais profunda do funcionamento das políticas educacionais na inclusão da diversidade cultural e linguística.

## **Interculturalidade e Bilinguismo na América Latina: Breves considerações**

Os movimentos sociais, impulsionados pelas mobilizações e discussões das comunidades indígenas, têm buscado organizar e promover políticas públicas na área da educação para garantir a preservação e revitalização de suas línguas e culturas. Na Bolívia, em 1989, surge a Confederação Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), que defende a educação intercultural bilíngue como modelo adequado para melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas, exigindo que o Estado assuma os custos de sua implementação. (HERNAIZ, 2007). Esse movimento inspirou outros países latino-americanos a se preocuparem com as comunidades indígenas em seus territórios, visando melhorar suas condições de vida e fortalecer sua identidade coletiva.

Em junho de 2003, na Cidade do México, ocorreu o Seminário Internacional Educação na Diversidade: experiências e desafios da Educação Intercultural Bilíngue, organizado por diversas entidades governamentais e não governamentais com o objetivo de promover discussões sobre políticas públicas voltadas para a Educação Intercultural Bilíngue. (HERNAIZ, 2007). Essas políticas reconhecem o direito das populações indígenas à educação em sua própria língua, tornando-se parte das reformas educacionais em curso. No entanto, a realidade foi bastante diferente em alguns países, como a Colômbia.

## **Educação bilíngue e intercultural: Movimentações na Colômbia**

No século XX, a Colômbia introduziu uma nova perspectiva na sua agenda política educacional com o surgimento da Etnoeducação pela Lei 115/1994, entendida como uma luta por diferentes formas de educação e demandas políticas que defendem a autonomia das comunidades indígenas. Essa iniciativa surgiu após o Estado colombiano delegar à igreja a

administração da educação em territórios considerados "periféricos, selvagens e atrasados". Em 1989, a etnoeducação se tornou mais flexível e logo surgiu o discurso sobre bilinguismo e interculturalidade como categorias associadas à diversidade étnica e cultural na educação. (Castillo Guzmán, 2008).

A formação de etnoeducadores, ou professores indígenas, é um processo contínuo de construção e compartilhamento de conhecimento, baseado na concepção de educador prevista na Lei 115/1994. Cada etnia tem a oportunidade de selecionar professores levando em consideração seus costumes, compreensão da cultura, compromisso, vocação e conexão com conhecimentos de outras culturas.

Entretanto, na Colômbia, há poucos programas universitários de formação e pesquisa em etnoeducação, evidenciando a necessidade de implementação de políticas públicas. Em muitos lugares, professores não indígenas ainda assumem atividades educacionais em territórios indígenas, mesmo havendo uma política que prioriza etnoeducadores nas comunidades. Isso se deve à falta de disciplinas no ensino superior que formem profissionais com uma perspectiva diferenciada e direcionada ao ensino dentro das comunidades indígenas. (MEN, 1994)

Essa situação afeta o departamento de Nariño e a etnia dos Pastos, onde a presença de etnoeducadores nas escolas é escassa, e muito ainda não conseguem educar dentro de seus próprios territórios. A educação tornou-se uma questão política, onde vagas de professores são freqüentemente preenchidas por apoiadores políticos, destacando que a noção de interculturalidade bilingüismo ainda não é difundida amplamente, o que é uma questão importante a ser refletida e discutida.

### **Considerações Finais**

Examinar o impacto das políticas na interculturalidade e no bilinguismo na Colômbia é essencial para identificar e entender que, através desse movimento político indígena organizado, os povos indígenas possam garantir sua plena participação na sociedade, atestando também que as políticas educativas sejam inclusivas e eficazes, para que as comunidades locais tenham uma maior voz e controle sobre sua educação.

### **Bibliografia**

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

GUZMAN, CAICEDO, Elizabeth e José. La educación intercultural bilingüe: el caso colombiano / 1a ed. - Buenos Aires: Fund. Laboratorio de Políticas Públicas, 2008.

HERNAIZ, Ignacio, Educação na Diversidade: experiências e desafios na educação

intercultural bilíngüe / organização, tradução, Maria Antonieta Pereira... [et al]. – 2. ed. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

Congreso Nacional de Colombia, (1994, 18 de febrero). *Ley General de Educación*. Ministerio de Educación Nacional; MEN, 1994.

MANSILLA SEPULVEDA, J., & LIMA-JARDILINO, J.R. (2020). Pueblos originários y educación: De la colonialidad a las experiências decoloniales en Brasil y Chile.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Identidade indígena e multiculturalismo na América Latina. Araucaria. Revista Ibero-Americana de Filosofia, Política e Humanidades. Universidad de Sevilla, Sevilla- España, v. 4, n. 7, primeiro semestre de 2002.